



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

O corpo *trans* como corpo-imagem-andarilho: resistência, contestação e desestabilização nos / dos cotidianos escolares

Ana Letícia Vieira¹

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ
<https://orcid.org/0000-0003-4543-2686>

Leonardo Nolasco-Silva²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0001-9814-259X>

Resumo: O texto tem como proposta apresentar e discutir algumas cenas e narrativas de nossas pesquisas realizadas em espaços-tempos educativos (educação básica e ensino superior) que nos ajudarão a pensar o corpo como imagem que se dá ao consumo, corpo-tela que informa possibilidades e limites, que expande e atrofia a existência em constantes processos de negociação. Trataremos do corpo *trans* nos cotidianos escolares e dos efeitos que ele produz como imagem-provocação a denunciar a arbitrariedade de qualquer outro corpo-imagem que se pretenda natural. Os corpos *trans* ocupam os cotidianos escolares, produzindo lutas-resistências tornando possível denunciar o mecanismo de produção desses corpos provocando suspeitas e fissuras nas normas, assim como nas políticas-práticas curriculares.

Palavras-chave: Corpos *trans*; Resistência; Cotidiano Escolar

El cuerpotrans como cuerpo-imagen-caminante: resistencia, contestación y desestabilización en / de los cotidianos escolares

Resumen: El texto tiene como objetivo presentar y discutir algunas escenas y narraciones de nuestra investigación llevada a cabo en el espacio educativo (educación básica y educación superior) que nos ayudará a pensar en el cuerpo como una imagen que se da al consumo, una

¹Doutoranda em Educação (UERJ), Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ. Mediadora Pedagógica à distância do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ – Consórcio CEDERJ). e-mail: pesquisa.analeticia@gmail.com

² Doutor em Educação (UERJ) e em Literatura Comparada (UFF). Pós-doutor em Educação (UERJ). Professor adjunto da Faculdade de educação da UERJ. e-mail: leonolascosilva@gmail.com

pantalla corporal que informa las posibilidades y límites, lo que expande y atrofia la existencia en procesos constantes de negociación. Trataremos con el cuerpo *trans* en la vida diaria de La escuela y los efectos que produce como una provocación de imagen para denunciar La arbitrariedad de cualquier otra imagen corporal que pretenda ser natural. Los cuerpos trans ocupan la vida diaria de La escuela, produciendo luchas-resistencia que permiten denunciar el mecanismo de producción de estos cuerpos, causando sospechas y fisuras en las normas, así como en las políticas-prácticas curriculares.

Palabras clave: *Cuerpotrans*; Resistencia; Escuela todos los días

The *trans* body as a body-image-walker: resistance, contestation and destabilization in / of school everyday

Abstract: The text aims to present and discuss some scenes and narratives of our research carried out in educational space-times (basic education and higher education) that will help us to think of the body as an image that is given to consumption, a body-screen that informs possibilities and limits, which expands and atrophies existence in constant negotiation processes. We will deal with the *trans* body in school daily life and the effects it produces as an image-provocation to denounce the arbitrariness of any other body-image that is intended to be natural. Trans bodies occupy school daily life, producing resistance-struggles making it possible to denounce the production mechanism of these bodies, causing suspicions and fissures in norms, as well as in curricular policies-practices.

Key words: Trans body; Resistance; Everyday school

Introdução

Um dia de aula sem grandes problemas. Missão cumprida. Faltando uns 20 minutos para a saída e os alunos estavam brincando. Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental. Não há mais nada o que fazer. A brincadeira se junta à aprendizagem. A professora aguardava ansiosa o sino tocar enquanto terminava de preencher o diário e o caderno de planejamento. Gritos são ouvidos. Um chamamento. Um desespero: - Tia, tia, tia! – O que foi? – Tia, João Vitor está lá atrás “brincando de viado³”! – Vem, vem (puxando a professora pelo braço). Mais desespero. Agora do adulto. O que poderia estar acontecendo? A imaginação não tem limites. Mil coisas passando pela cabeça.

A professora se aproximava... O desespero foi embora. Realmente brincavam – de viado! Tentem imaginar. Erraram! Nada do que vocês estão pensando. Os alunos formavam um corredor, um de frente para o outro. A brincadeira consistia em passar desfilando por eles. Os alunos simulavam uma passarela. João Vitor era o mais expressivo. Roubava a cena. De uniforme e tênis fabulava uma modelo hiper feminina, com trejeitos

³ No português brasileiro temos o veado (animal) e o viado (gay, homossexual masculino). É da pronúncia errada a partir do veado que produzimos a injúria, o insulto (viado). Só sabemos a diferença entre o bicho e a bicha (outro insulto) quando procuramos no contexto ou na escrita. Neste texto, optamos pela grafia viado para problematizar a produção dessa diferença por meio do desvio ortográfico. Esse desvio produz uma categoria de pessoa pelo erro diferenciando dois tipos de animais – o veado e o viado. O primeiro não desaparece e continua sendo o animal e o segundo carrega duas características: o erro e o bicho (a bicha) – animal que é menos legítimo, menos humano (DA SILVA, 2014).

exagerados. Desfilava com um salto de número 15 e nos fazia acreditar que estava vestindo roupas fabulosas. Os alunos aplaudiam e soltavam risadas. Brincavam. Aprendiam. Mas havia um incômodo. Um incomodado.

João Vitor é um menino alegre, adora brincar e dar risadas. Carinhoso, gosta de abraços e sempre presenteia as professoras com objetos que ele próprio produz ou com cartinhas escritas a mão. É gordo. Mais alto que os outros meninos de sua idade. Tem trejeitos afeminados. Foge aos padrões estabelecidos. Brinca com as normas e não aparenta se importar. Mas, a ele não é permitido o brincar pelo brincar. Seu corpo é gordo e afeminado – corpo indesejado, inconveniente. É fabricado previamente, um pré-conceito. Sendo criança e sem compreender o sentido de algumas palavras, é rotulado. O brincar passa a ser um “brincar de viado”. Uma brincadeira incorreta e que não pode ser permitida. Precisa ser combatida. Ser viado não é permitido, ser viado não é exemplo. É proibido brincar de viado. É preciso parar com essa brincadeira. Chamem a professora!

O aluno incomodado é representante da norma de gênero vigente, um soldado. A ele, uma criança ainda desenvolvendo suas compreensões do mundo, é imputado o papel de denunciar e combater quem não segue os padrões. A brincadeira se confunde com a realidade e João Vitor não é visto como alguém que está “brincando de”, mas como um viado em pessoa, um ser indesejado que estaria praticando viadagem. Sim, o que os viados fazem, viadagem! (DA SILVA, 2014). O incômodo não é compartilhado com os demais colegas e ele, o aluno, não encontra forças para parar a brincadeira e o próprio João Vitor (o suposto viado). Sendo assim, convoca a professora para intervir. Aquela que também representaria a norma padrão e estaria ali para neutralizar possíveis ameaças à ordem instituída dos gêneros (João Vitor). Só que a professora em questão é uma pessoa *trans*⁴, o que embaralha todo o raciocínio do aluno e a prática esperada. Ela não interrompe a brincadeira. João Vitor está exercendo o direito de ser criança e pode brincar de quem ele quiser ser. Provocando uma fissura no incômodo, o aluno, mesmo ainda um pouco confuso, se sente autorizado e resolve se juntar a brincadeira.

Os corpos de João Vitor e da professora são indesejados, inconvenientes. Os dois são produzidos por meio do erro. A diferença pelo desvio. O corpo *trans* é produzido por

⁴ Optamos pelo uso de pessoas *trans* ao nos referirmos as pessoas que não se identificam com o seu gênero de nascimento ou que produzam experiências de trânsito entre os gêneros – transgêneros, travestis, transexuais etc. A intenção não é de exclusão e nem de apagamento de identidades no que diz respeito, por exemplo, às políticas públicas. A ideia é uma fuga de identificações que poderiam se tornar excludentes e estigmatizadoras apostando em subjetividades fluídas possibilitando a identificação como a pessoa bem preferir, sendo importante salientar que a pessoa *trans* tem o poder decisivo sobre a sua própria identificação.

meio de uma cópia mal feita do corpo *cis*⁵ (BENTO, 2006) enquanto o corpo viado pelo erro ortográfico na pronúncia do animal veado (DA SILVA, 2014). A produção desses corpos como abjetos possibilita a inteligibilidade desses mesmos corpos. Paradoxalmente, eles passam a existir. E dessa existência passam a resistir. São esses movimentos de resistência que nos interessam.

A produção de corpos desviantes, corpos *trans*

Partimos da premissa de que há uma tecnologia de produção dos corpos que se dá por um processo metonímico onde há a valorização de determinadas partes em detrimento de um todo. Neste sentido, os órgãos genitais seriam “a máxima” desta lógica de produção em que uma única parte se torna capaz de produzir um todo. Um corpo fechado, fixo, estruturado. Um corpo que se divide em dois. Dois corpos, duas possibilidades. Um pênis pressupõe um corpo masculino e uma vagina um corpo feminino. Uma parte produz todo o resto. Esta tecnologia de fatiamento dos corpos não somente produz o corpo em si, mas também uma série de performances, artefatos e gestos que constroem e consolidam o que comumente chamamos de identidade, gênero, identidade de gênero (PRECIADO, 2014).

Ou seja, os corpos são diferenciados sexualmente como efeito de uma operação tecnológica que trabalha na extração-recorte de determinada parte da totalidade do corpo. Os órgãos sexuais, neste sentido, não existem como partes da natureza humana, mas são efeitos de uma tecnologia social. Sendo assim, os genitais determinam os gêneros, como também, a heterossexualidade de forma compulsória (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2014)

Posto isso, temos a produção de uma norma que se tornou hegemônica produzindo uma lógica arbitrária, compulsória e naturalizantena/da produção dos corpos por meio de seus órgãos genitais. Um padrão obrigatório que passou a ser adotado para todos os corpos se tornando a primeira cirurgia que passam todos os corpos. Nascemos cirurgiados(PRECIADO, 2014).Entretanto, nem todos os corpos são totalmente afetados por esta primeiracirurgia-tecnologia. Há aqueles que nos dizem que esta tentativa de imposição de umanorma degênero não cabe, não serve e não atinge todos os corpos, como é o caso dos corpos *trans*.

As pessoas *trans* nos apontam que nem todos cumprem ou são predestinados a cumprir as expectativas criadas sobre nossos corpos. Nem todos os corpos estão conforme

⁵ O corpo que é produzido como o padrão, natural, hegemônico. O corpo que não é *trans*.

os processos de produção de gêneros inteligíveis, ou seja, que se produzem dentro da lógica binária da diferenciação sexual de acordo com o sistema que estabelece a relação obrigatória, compulsória entre sexo, gênero, orientação e prática sexual (BUTLER, 2003). Há os que escapam, os que desconhecem ou reinventam códigos, os que desobedecem às normas relativas ao gênero. Estes possibilitam-potencializam a desnaturalização e a *transgressão* dessas mesmas normas.

Antes de uma criança nascer criamos uma série de expectativas a respeito de qual será seu sexo-gênero. Quando ele é revelado, ou melhor, quando a genitália pode ser visualizada no ultrassom, a abstração passa a ter certa materialidade. Antes feto, agora menino ou menina. Essa revelação do sexo-gênero da criança, isto é, da classificação do corpo a partir dos órgãos genitais, convoca uma série de expectativas e suposições sob este corpo que ainda é uma promessa (PRECIADO, 2014).

Quando há a interpelação “é um menino-a!”, não somente criamos expectativas e suposições sobre o futuro de um corpo por meio do discurso, mas seus efeitos são protéticos: produzem corpos por meio de tecnologias (PRECIADO, 2014). Quando dizemos “é um menino!” não estamos descrevendo o que seria “um menino”, mas fabricando uma rede de expectativas para aquele corpo que será produzido como um “menino”. A linguagem, neste caso, não seria a representação da realidade, mas uma perspectiva construtora de sentidos e significados. Dizer menino ou menina constrói masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital. O corpo passa a existir, se torna inteligível, e sobre ele operam uma complexa rede de pressuposições sobre as subjetividades acabando por antecipar determinados efeitos antes mesmo que eles se realizem.

As escolas, como parte dessas redes de expectativas e produtoras de sujeitos, também constituem espaços privilegiados para a construção de subjetividades generificadas. Desde a educação infantil, podemos observar, nos cotidianos escolares, práticas que buscam construir corpos diferenciados sexualmente. Sendo assim, como a classificação sexual não é opcional e sim obrigatória, um dos primeiros sentidos de si emergentes nas crianças está baseado em uma identificação de gênero, seja ele ao que corresponde às expectativas ou não.

Tecnologias prático-discursivas operam para a produção de um corpo que esteja conforme o gênero designado ao nascer. Acessórios como roupas e brinquedos operam como próteses na produção do feminino e do masculino (PRECIADO, 2014). O mundo infantil é marcado pelo que pode e o que não pode. Essa “pedagogia dos gêneros

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.172-189, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

hegemônicos” (BENTO, 2008) visa construir um corpo heterossexual, reprodutivo e complementar ao gênero considerado oposto. Corpos que não estão conforme esta lógica provocarão desvios no que diz respeito a estas normas de gênero.

As reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!” A cada reiteraão de um/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha”, a subjetividade daquele que é objeto dessas reiteraões é minada (BENTO, 2008, p. 32)

O terrorismo e a vigilância de gênero são constantes, como também, são repetidos, atualizados e produzidos por várias instituições sociais, inclusive na escola. Quando há uma tentativa de impedir que João Vitor brinque de viado produzem-se inúmeros efeitos. A criança sabe que não quer ser rejeitada. Muitas vezes, ainda nem entende o que provoca essa inquietaão nos pais, nos outros colegas ou nos professores. O que ela percebe de imediato é quese-agir como um viado não é uma conduta considerada aceitável. É algo que precisa ser corrigido, pois não condiz com o comportamento esperado de um menino. Processo que fica mais claro ao longo da vida.

As mobilidades dos gêneros não estão condicionadas à sexualidade e/ou a outras variáveis sociológicas. Hegemonicamente, o gênero e a sexualidade se expressam unidas. As “confusões” que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!” Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades (BENTO, 2008, p. 33)

De acordo com o que está posto, o gênero seria produzido pela natureza de forma automática conforme o sexo designado no nascimento. Os corpos seriam produzidos por meio de repetiões que operam por alusão e a cada ato há uma referência àquelas verdades estabelecidas para os gêneros, fundamentando-se para sua existência, na certeza de que são determinados pela natureza (BUTLER, 2003). Entretanto, o gênero é produzido por meio de tecnologias prático-discursivas que se inscrevem nos corpos e nem sempre correspondem às pressuposiões e expectativas impostas por uma ordem natural das coisas.

Quando se age e se procura reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona

legitimidade na ordem de gênero, nem sempre o resultado corresponde àquilo definido e aceito socialmente como atos próprios a um/a homem/mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizar as normas de gênero, que geralmente utilizam da violência física e/ou simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. O processo de naturalização das identidades e a patologização fazem parte desse processo de produção das margens, local habitado pelos seres abjetos, que ali devem permanecer (BENTO, 2008, p. 34)

Operar com um modelo inatingível tem alguns efeitos: pode gerar culpa, frustração e dor, entretanto também abre espaço para a produção de novas existências constatando os limites das normas impostas aos gêneros.

A idealização dos gêneros constrói hierarquizações. Os regimes de verdade estabelecem determinadas performances-práticas de gênero como “falsas”, enquanto outras como “verdadeiras” e “originais”. Produzem “uma morte em vida, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam às idealizações” (BENTO, 2008, p. 35).

Trazendo para a discussão a questão da produção dos corpos *trans*, os conceitos de “real” e “fictício” aparecem. O “real” seria o “verdadeiro”, a verdade do sexo e o “fictício” seria o falso, a imitação, aquilo que não tem originalidade. Entretanto, como identificamos homens e mulheres de “verdade”? Homens e mulheres considerados de “verdade” também interpretam o que seria um homem-mulher de “verdade”. Os corpos *trans* nos mostram que o gênero não é produzido de maneira natural e automática conforme a designação sexual, uma vez que fogem desta determinação e assumem o protagonismo da produção de seus próprios corpos. Esse não corresponder, não estar conforme ao determinado, questiona esse corpo “real” e “verdadeiro”, como também, problematiza sua pretensa naturalidade.

Neste sentido, a ideia da produção de um corpo *trans* (falso) por meio de uma imitação daquilo que é considerado verdadeiro não tem fundamento. Não existe uma origem ou um corpo original que fundamente as normas de gênero. Todos os corpos são efeitos de tecnologias prático-discursivas que os produzem também como uma imitação-cópia sem originalidade-fundamento. Constroem o gênero da mesma forma como aqueles que suspostamente estão os imitando, por meio de performances-práticas que se inscrevem nos corpos gerando diferença e possibilitando constantes fugas e desvios das normas.

Não há identidade de gênero por detrás das expressões, construções, performances de gênero, não há ontologias ocultas. Imitar um gênero é revelar a estrutura imitativa do gênero em geral. O que diferencia as performances das/os mulheres/homens biológicas/os das/dos transexuais

é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas, instaurando, a partir daí, uma disputa discursiva e uma produção incessante de discursos sobre a legitimidade de algumas existirem e de outras serem silenciadas e eliminadas. Um dos recursos recorrentes de absorção pelo centro dos seres construídos como abjetos é a patologização das identidades. Centro/margem não é uma relação binária, simplista, antagonica (BENTO, 2008, p.38).

Em conformidade com estas problematizações, pensadoras *trans* ligadas ao contexto acadêmico e fora dele como Viviane Vergueiro, Hailey Kaas, Beatriz Pagliarini Bagagli, Jaqueline de Jesus e outras começaram a reivindicar e usar o termo *cis* para designar os corpos que antes chamávamos de “verdadeiros” ou “biológicos”. Estas duas determinações colocam a produção do corpo *trans* como o oposto do padrão. O corpo biológico-verdadeiro é produzido como a norma, o modelo que descreve e determina os corpos *trans*. Ao nomear os corpos *cis* produzimos uma descentralização onde o modelo passa a ser só mais uma alternativa. Nomear o corpo *cis* opera um mecanismo de desnaturalização, uma vez que inaugura uma categoria analítica. Ao ser nomeado, o corpo *cis* deixa de ser natural e passa a ser questionado, problematizado e desestabilizado. Nos permite apontar que tanto o corpo *trans* como o *cis* são produzidos pelos mesmos processos e mecanismos sociais e culturais. A nomeação do corpo *cis* promove uma mudança de pensamento e nos permite cunhar outros termos analíticos como cisnorma, cisgeneridade, cissexismo, cisheteronorma, dentre outros. A cisnorma, conceito que nos interessa neste texto, estaria pautada na manutenção de privilégios dirigidos a pessoas supostamente consideradas coerentes ao sistema sexo-gênero-desejo. Essa posição privilegiada teria como efeito regulatório e hierarquizador a interpelação abjeta e a patologização dos corpos *trans* (DUMARESQ, 2014).

Sujeitos produzidos como “desviantes”, não conformados às normas de gênero e sexualidade, também fazem parte do processo que fabrica a cisheterossexualidade. Esta, como uma matriz hegemônica, constrói corpos abjetos, ininteligíveis. Os “desviantes” tornam-se possíveis. A cisheteronormatividade fabrica aquilo que ela proíbe. Ou torna pensável aquilo que deveria ser impensável. Ou, ainda, torna “possível a própria coisa que ela torna impossível”.

Os corpos *trans* e suas existências seriam, portanto, essa produção do impossível, “aquilo que *transcende* a capacidade de compreensão” (BENTO, 2008, p.32). Neste sentido, corpos “estranhos”, “anormais”, “excêntricos”, *transbordam*, *transgridem* e *transitam* por entre fronteiras e limites desafiando-os, produzindo suas histórias e nos permitindo pensar o impensável ou aquilo que é proibido pensar (VIEIRA, 2015). Esses

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.172-189, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

corpos se articulam e ocupam espaços-tempos, como os cotidianos escolares, produzindo lutas-resistências onde é possível denunciar o mecanismo de produção desses corpos, provocar suspeitas e fissuras nas normas, assim como nas políticas-práticas curriculares.

O corpo *trans* como corpo-imagem-andarilho, propositor de um devir-corpo

Experimentamos, nos múltiplos espaços-tempos em que atuamos, entre eles os cotidianos escolares, a produção de identidades e, ao mesmo tempo, das diferenças, ou melhor, dos “diferentes” – sujeitos identificados como desviantes do metro-padrão a partir de uma ótica dominante. Porém, esses mesmos cotidianos escolares são também espaços-tempos de expansão da vida, de diferenciação, de afirmação de outros modos de existência, inclassificáveis, inomináveis.

Deleuze (1992) dizia que o nosso devir é minoritário, isto é, que deveríamos nos produzir continuamente, sem prestar contas a uma forma, sem desejar caber em uma identidade. A identidade, para ele, é um modelo vazio que só existe a partir do momento em que a reconhecemos e nos deixamos enquadrar. Em outras palavras, se nos deixassem livres, seríamos todos minoria, pois inconformes.

Dialogando com Foucault (1987), Louro (2014) sublinha que as escolas fabricam sujeitos, com suas tecnologias disciplinares, por meio de variados e sutis mecanismos. Por isso,

(...) nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como natural. (LOURO, 2014, p.67).

Certeau (1994), na mesma direção, nos desafia a afinar o olhar quando pensamos nas práticas cotidianas, entendendo que, apesar dos dispositivos disciplinares, não nos reduzimos a eles, não nos deixamos capturar.

Partindo desses pressupostos teóricos, propomos neste texto apresentar e discutir algumas passagens de nossas pesquisas realizadas em espaços-tempos educativos, seja na educação básica, seja no ensino superior. Dos nossos trabalhos de campo, traremos algumas cenas e narrativas⁶ que nos ajudarão a pensar o corpo como imagem que se dá ao

⁶ Essas cenas serão disparadoras de algumas ideias que desejamos discutir aqui. Além delas traremos também algumas narrativas de interlocutores das nossas pesquisas. Em ambos os casos não pretendemos falar em nome do real, como se as narrativas interpretassem e desvelassem o mundo fidedignamente, operando como uma palavra de ordem. A função das **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.172-189, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

consumo, corpo-tela que informa possibilidades e limites, que expande e atrofia a existência em constantes processos de negociação. Em especial, falaremos do corpo *trans* nos cotidianos escolares e dos efeitos que ele produz como imagem-provocação a denunciar a arbitrariedade de qualquer outro corpo-imagem que se pretenda natural. É que certos corpos passam entre as bordas instituindo acontecimentos e fenômenos do tipo raio ou trovão (DELEUZE, 2006).

O meu corpo estar ali (na escola) já é um afronte, uma rebeldia. Não importa o que eu fale, o que eu faça, ele já chega causando uma bagunça naquela estrutura toda pré-montada, pensada pra ser de um jeito único, disciplinada. Mesmo se eu fosse a obediência em pessoa – que eu não sou e nunca vou ser – a minha presença na escola vai ser sempre indisciplinada, subversiva. Um corpo *trans* é anticurricular.

O corpo *trans*, na escola ou na universidade, é visto como um corpo estranho, deslocado. Um corpo para o qual todos os olhares se voltam, com desconfiança, curiosidade ou abjeção. É a imagem que a norma institucional não deseja ver ou exibir, pois indisposta ao uniforme. Mas, como corpo-vida, corpo-expansão, o corpo *trans* assume os cotidianos por onde passa como campos de luta, onde o poder – como relação de forças – estará sempre em disputa.

Antes da *transição* eu tinha uma relação meio complicada com a escola. Porque eu não era, digamos, uma pessoa que eles pudessem enquadrar. Nem eu conseguia me enxergar direito naquela época, saca? E quando você não se enxerga é muito difícil você enxergar qualquer coisa. Eu era um poço de perguntas. Muitas questões mesmo. Então, a minha relação com a escola era de embate, de questionamento. Mas como eu não sabia verbalizar ainda, como eu tinha medo do julgamento, eu escrevia muito nas paredes do banheiro, da carteira, do pátio. Eu questionava aquele lugar da mesma forma que eu questionava aquela pele que eu tinha. As paredes da escola e a minha pele eram tipo a mesma coisa: eu não cabia em nenhuma delas, nenhuma delas tinha sido feita pra mim.

- Mas você virou professora, né?

Eu sim, mas aquele menino não. Aquele menino deve estar lá até hoje, reprovado em matemática.

narrativas neste texto é funcionar como imagens que ilustram modos de pensar, provocando-nos a falar outros idiomas a partir do nosso eu-forasteiro. Por isso, as falas apresentadas não possuem caráter biográfico, mas comunicacional. A reunião dessas vozes sob o signo de uma identidade única exerce uma função-informante no texto, que temos chamado de “praticante alegórico” (NOLASCO-SILVA, 2019). Os praticantes alegóricos funcionam como personagens conceituais. Para Alves (2010, p.1.203), “Os personagens conceituais são, assim, aquelas figuras, argumentos ou artefatos que entram como o outro – aquele com quem se ‘conversa’ e que permanece presente por muito tempo para que possamos acumular as ideias necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos nas pesquisas que desenvolvemos. Esses personagens conceituais aí têm que estar, para que o pensamento se desenvolva e para que se criem novos conhecimentos”.

- Se ele estivesse reprovado você não estaria aqui.

É verdade. Tá vendo como essa coisa de escola é traumática pra pessoa *trans*? Eu nem tinha me dado conta que eu venci a escola, que eu sobrevivi. Às vezes eu penso que a minha vida começou aqui na faculdade, quando eu já era mulher. Foram tantas as tentativas de assassinato que é difícil acreditar que eu saí viva de lá e que o menino e eu somos a mesma pessoa, você entende?

É engraçado, mas as minhas lembranças de menino parecem história que alguém contou pra mim. Eu penso nele, naquele menino, de uma forma tão distante, que é outra pessoa. Ele não tá dentro de mim. É a história de alguém que morreu. As marcas dele eu carrego, os medos e tal, mas ele mesmo é uma lembrança. De alguém que não existe mais.

Nossa interlocutora de pesquisa, ao narrar sua vida na escola, elabora uma ficção para justificar a trajetória de dois praticantes distintos: o menino que ela foi (que foi criado por ela e por outros) e a mulher que ela produziu. Tal ficção não é uma mentira, mas uma fabulação que torna possível a vida. A fabulação é da ordem dos afetos, dos encontros, dos múltiplos, das potências (MARQUES, 2015). Cria imagens para tornar inteligível a existência, para criar sentidos. O corpo *trans*, fabulado a partir de múltiplas referências comportamentais e imagéticas (não redutíveis às identidades de gênero tidas como normas) rompe a lógica dos polos identitários, praticando a diferença como processo afirmativo, criador, potencializador de uma vida outra na/apesar da sociedade. O corpo *trans* se realiza no plano das táticas (CERTEAU, 1994) cotidianas, operando um desvio em relação ao que é dado (corpo cisgênero). Em sua feitura e na sua luta pela sobrevivência, sem desconsiderar as estratégias e o que delas deriva, o corpo *trans* opera noutras lógicas, legitimando e potencializando redes de insubmissão e indisciplina. Cria existências singulares e desviantes, apesar das/com as normas de gênero e sexualidade socialmente impostas. Enfrenta e, concomitantemente, compõe com os agenciamentos, com as normas, abrindo passagens de ar para o exercício da desobediência.

Eu sei que muita gente aqui fica incomodada com a minha presença. Mas eu gosto de incomodar. Bagunçar a paisagem branca e cis dessa faculdade é a minha diversão. Mas às vezes pesa.

Eu cheguei na CRE pra levar a documentação do concurso e a funcionária que me atendeu disse que eu podia ser acusada de falsidade ideológica. Mostrei todos os aspectos legais que me asseguravam. Ela teve que engolir. Mas não me deixou na educação infantil, que sempre foi a minha prática. Ela dizia que não tinha vaga, mas era mentira. Antes dela

ver o meu nome ela disse que tinha vaga. Depois que viu que era uma *trans* a vaga sumiu. Travesti não pode ser professora de criança.

O corpo *trans*, ao produzir novos processos de subjetivação, desconstruindo a suposta naturalidade do corpo-imposto, do sistema corpo-sexo-gênero-orientação sexual, é imagem que ameaça as normatizações institucionais. Desvia dos agenciamentos, cria composições imprevistas no diálogo com os estereótipos de gênero. Escancara a farsa do corpo-natureza, sublinhando o corpo-cultura. Não é retrato; é pintura. Não é corpo-nativo; é corpo-forasteiro, falante de

[...] uma espécie de língua estrangeira, que não é uma outra língua, nem um dialeto regional descoberto, mas um devir-outro da língua, uma minoração dessa língua maior, um delírio que a arrasta, uma linha de feitiçaria que foge ao sistema dominante. [...] opera uma decomposição ou uma destruição da língua materna, mas também [...] opera a invenção de uma nova língua. (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p.15).

O corpo *trans* inventa um novo corpo, um devir-corpo, uma minoração da ideia estabelecida de corpo. É um corpo delírio que arrasta todos os outros corpos.

As crianças não me viam com os olhos dos adultos. Foram poucas as situações em que a minha identidade foi questionada por uma delas e ainda assim, de forma muito breve e delicada. "Tia, fulano falou que você é homem. Você é menina, né, tia?" Ela já perguntou dando a resposta.

A presença de pessoas *trans* nas escolas e universidades, numa época em que se discute a absurda possibilidade da interdição do debate sobre gênero e sexualidade na educação formal, é *front* de resistência. Trata-se de um corpo que impõe, só por estar presentenesses espaços-temposde formação, a pauta de gênero. Ao não passar despercebido é imagem que faz pensar, que faz o corpo-cis vibrar, colidir, perturbado com a própria noção que faz de si.

O mundo perturba, mas não informa. O conceito de "perturbação" ou de "breakdown" responde pelo momento da invenção de problemas, que é uma rachadura, um abalo, uma bifurcação no fluxo cognitivo habitual. O conceito de "breakdown" é essencial na argumentação de que não existe mundo prévio, nem sujeito preexistente. O si e o mundo são co-engendrados pela ação, de modo recíproco e indissociável. Encontram-se, por sua vez, mergulhados num processo de *transformação* permanente. Pois ainda que sejam configurados como formas, estas restam sujeitas a novas perturbações, que forcem sua reinvenção. (KASTRUP, 2005, p. 1276).

Um corpo *trans* mostra que nenhum outro corpo existe previamente, estando todos os corpos em processo de montagem. Na montagem (da *trans*, da travesti ou da drag), a imagem produzida pode disparar a fabulação de outras tantas imagens variadas de nós mesmos, pois o corpo *trans* é um corpo-acontecimento. “O acontecimento é sempre produzido por corpos que se entrechocam, se cortam ou se penetram, a carne e a espada; mas tal efeito não é da ordem dos corpos, batalha impassível, incorporal, impenetrável, que domina sua própria realização e domina sua efetuação”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 53). O encontro com o corpo *trans*, em meio às tantas tecnologias disciplinares dos espaços formais de educação, pode ser o momento da “perturbação”. Uma perturbação (ou *breakdown*) que desestabiliza o já sabido, desarruma as convicções, expandindo nossos movimentos de abertura e de disposição para produzir diferença (KASTRUP, 2005).

O corpo *trans* é um corpo que decidiu, em meio às contingências, escrever a si mesmo (FOUCAULT, 1988), em práticas de liberdade – já que a liberdade é *intransitiva* (FOUCAULT, 1995). Trata-se de um corpo que busca desfazer a rostidade⁷ (DELEUZE; GUATTARI, 2004) para conhecer um sujeito em devir, “um mundo secreto de afetos que, na verdade, nunca se revela, estando ali a provocar o pensamento, sem nenhuma intenção de capturar o incapturável” (MARQUES, 2015, p. 162). É um corpo-tecnologia por onde passam sopros, intensidades, por onde correm linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 2004). “[...] Se o rosto é uma política, desfazer o rosto também o é, engajando devires reais, todo um devir-clandestino.” (DELEUZE-GUATTARI, 2004, p.58). A linha de fuga, às vezes é um pequeno gesto, percebido como sem importância, mas que, pouco a pouco, vai movimentando a estrutura, fazendo barulho onde, até então, só havia silêncio. Do mesmo modo que o rosto é produzido, ele pode ser subvertido pelos sujeitos em movimento porque

[...] se o homem tem um destino, esse será mais o de escapar ao rosto e às rostificações, tornar-se imperceptível, tornar-se clandestino, não por um retorno à animalidade, nem mesmo pelos retornos à cabeça, mas por devires-animais muito especiais, por estranhos devires que certamente ultrapassarão o muro e sairão dos buracos negros, que farão com que os próprios traços de rostidade se subtraíam à organização do rosto, não se deixem mais subsumir pelo rosto, sardas que escoam no horizonte, cabelos levados pelo vento, olhos que atravessamos ao

⁷ Aprendemos a ter um rosto conforme, aceito no meio em que estamos. O rosto, neste caso, não é a face, mas a encarnação da normalidade, da ordem. É o anti-desvio, uma produção política. Por que tentamos, em nossos esforços de pesquisa, agrupar os rostos ao invés de coloca-los em relação? “[...] A cada instante, a máquina rejeita rostos não conformes ou com ares suspeitos” (DELEUZE-GUATTARI, 2004, p.44).

invés de nos vermos neles, [...]. Sim, o rosto tem um grande porvir, com a condição de ser destruído, desfeito. A caminho do assignificante, do assubjetivo. (DELEUZE-GUATTARI, 2004, p.36).

O corpo *trans* pode deslocar o que parece fixo, pode desterritorializar a língua, desequilibrar a arquitetura molar. Ele olha para o processo, para o que está fluindo, para aquilo que Deleuze e Guattari (2004) chamam ‘molecular’. Que revoluções moleculares, quase invisíveis, quase silenciosas, as pessoas *trans* têm realizado em suas fabulações cotidianas? Em meio a complexidade das classificações de gênero, elas produzem desconfiças nos engessamentos de sentido, nos saberes normalizadores e nos poderes classificatórios, hierárquicos e excludentes. Cada visibilidade é uma subjetividade-subjetivação inconclusa com seus afastamentos normativos singulares.

O corpo *trans*, corpo-tela que pinta a si mesmo, não cabe na fôrma-forma da sociedade: ele *transborda*, rompe, *transita*, ressignificaos gêneros, cria estéticas de existência próprias, embaralhando os sentidos de quem o ver passar. Bagunça nossas zonas de conforto, instaurando a incerteza e a precariedade de nossas interpretações mais arraigadas. Na busca de sabermos quem é, ele nos escapa.

A identidade imobiliza o gesto de pensar, prestando homenagem a uma ordem. Pensar, pelo contrário, é passar; é questionar essa ordem, surpreender-se pelo fato de sua presença aí, indagar-se sobre o que tornou possível essa situação, procurar – ao percorrer suas paisagens – os vestígios dos movimentos que a formaram, além de descobrir nessas histórias, supostamente jacentes, o “modo como e até onde seria possível pensar diferentemente” (...). (CERTEAU, 2011, p.118)

No que se refere aos corpos, inventamos ao longo dos tempos – no contexto de relações de poder e com a ajuda da religião, da moral, da filosofia e da ciência - a categoria “sexo” para dividir as pessoas em dois grupos, que se pressupõe serem opostos e excludentes, a partir da classificação dos órgãos genitais. Da mesma forma que a invenção das raças, a invenção dos “sexos” e da diferença sexual (masculino ou feminino) implica que devemos assumir, reconhecer e declarar o nosso “sexo” em toda e qualquer circunstância, a todo momento. Para garantir a normalização e a inteligibilidade dos corpos, inventamos os sexos-gêneros e ensinamos-aprendemos os modos como eles devem ser vividos, tendo como matriz a cisheterossexualidade. Por isso, Butler (2000) afirma que os gêneros são performados conforme discursos e práticas que, ao pretender descrevê-los, os produzem. Os corpos são, pois, negociados publicamente, numa relação.

Eu conto nos dedos as mulheres *trans* da faculdade. E isso me deixa mal. Não por elas serem poucas, mas pela quantidade nos tornar invisíveis. Institucionalmente nós somos um problema: é o nome no sistema, são os episódios de *transfobia* que a direção insiste em tratar como coisa menor. Eu não queria ser um problema pra faculdade. Eu queria ser uma alternativa, saca? Um corpo que diz pra todo mundo: faz o que quiser!

O campo de força conhecido como heterossexualidade, em sua classificação como modelo, também conta com um sistema de injúria, destinado àqueles que não se adequam à norma. Segundo Eribon (2008), o limite entre os normais e os estigmatizados é produzido por esse processo que institui que uns não são como os outros.

Daí ela me contou que as meninas não deixaram ela usar o banheiro. Meninas que estão numa universidade, saca? Qual o sentido de interditar esse espaço que é básico pra qualquer um, só porque o seu corpo é um corpo *trans*? Eu fui lá tirar satisfações com as garotas e elas arregaram, disseram que eu podia usar o banheiro feminino se eu quisesse porque eu parecia menina. Não tem que parecer menina, tem que se sentir e o que a gente sente é só nosso. Não quero ninguém julgando quem eu sou pela minha aparência.

O corpo *trans*, corpo-manifesto, liberta o corpo da captura da padronização cisheteronormativa. Ao gerar um certo tipo de autonomia em relação à enunciação das performatividades de gênero, ele está em constante confronto com um modelo majoritariamente articulado e massivamente compartilhado, mesmo que seja carcomido pelas práticas da intimidade. Esse corpo, que é comunicação, é um corpo de relação, um corpo xingado, rotulado, marcado, mas suas modulações comunicacionais estão sempre apontando para novas formas de composição com o social.

Compreender o corpo *trans* como corpo-imagem de contestação andarilha, que faz pensar até quando desfila, em silêncio, pelos diferentes cotidianos que atravessa, é trazer à tona outras lógicas operatórias das práticas culturais, permitindo-nos enxergar táticas de sobrevivência que, no limite, como aponta CERTEAU (1994), podem criar redes de insubmissão e indisciplina, fundamentais para a criação de um mundo *transformado*.

Considerações finais

Com o passar dos anos, outros paradigmas, regras e teorias são produzidos em conformidade às novas condições sociais, as novas metodologias e práticas educativas.

Entretanto, mesmo sob novas formas, os espaços-tempos educativos ainda imprimem suas marcas na fabricação de sujeitos sexualmente diferentes. Por meio de múltiplos e complexos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos.

Nas escolas, a divisão entre meninos e meninas é construída pelas diferentes atividades escolares que dividem grupos de estudos ou promovem competições, por exemplo. Também é produzida quando, por meio de brincadeiras, um menino é chamado de “viado” demarcando que existe uma fronteira e ela não pode ser ultrapassada. Esse “não ter cabimento”, nas fôrmas, nos moldes, é a principal problematização que os corpos *trans*, desviantes, inconvenientes, propõem-impõem à educação. É dessa problematização e do *transbordamento* que ela impulsiona, que muitas vezes o pensamento educacional e as práticas educativas tentam escapar.

Contudo, nas escolas e nos diferentes espaços-tempos formativos-educativos também se engendram uma série de situações que, por meio da ambiguidade concernente a todas as práticas, possibilitam operações de praticantes (CERTEAU, 1994) que atravessam esses limites. Situações em que as fronteiras entre sexo-gênero são *transgredidas*.

Sendo assim, com este texto, pretendemos apontar como os corpos *trans* e suas experiências provocam deslocamentos, fissuras e subversões na ordem dos gêneros, na produção dos corpos e nas práticas educativas cotidianas desestabilizando as bases dominantes do pensamento, potencializando a exploração do novo, a produção de diferenças e a criação de novas estéticas de existência informadas pelo desejo e livres da normalização dos corpos e da formatização da vida. Por fim, também foi nosso propósito contribuir para a ampliação dos estudos e dos debates sobre a experiência *trans* na educação e nos cotidianos escolares.

Referências

ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/08.pdf>. Acesso em: 8/6/20.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 328)

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DA SILVA, Leandro Soares. Vinte e quatro notas de viagem. **Periódicus**, v.1. n.2, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12889/9205>. Acesso em: 19 abril. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Trad. JulioCastañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 3. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2ª reimpressão – 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DUMARESQ, Leila. **O cisgênero existe**. 2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. In: Luther H. Martin et al (orgs.). **Technologies of the self – a seminar with Michel Foucault**. Amherst, University of Massachusetts Press, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow, & H. Dreyfus (Eds.), **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, nº 93, p. 1273-1288, set./dez., 2005.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARQUES, Davina. Entre fabulações de uma formação docente. **Revista Digital do LAV** – Santa Maria – vol. 8, n. 2, p. 160 - 174. – maio/ago. 2015

NOLASCO-SILVA, Leonardo. **Tecnodocências**: a sala de aula e a invenção de mundos. Salvador, BA: Editora Devires, 2019.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

VIEIRA, Ana Letícia. **Por um transpensar** - os gêneros, corpos e as práticas educativas cotidianas. 1ª. ed. Saarbrücken: OmniScriptum (Novas Edições Acadêmicas), 2015. 145p

Submetido em: 30-04-2020.

Publicado em: 01-07-2020.